

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

180 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 02/10 a 06/10/2023

1. COMUNIDADE POLÍTICA EUROPEIA E CONSELHO EUROPEU	1
Cimeira da Comunidade Política Europeia	1
Conselho Europeu Informal	2
Ucrânia	2
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	3
Revisão do Quadro Financeiro Plurianual (QFP)	3
Liberdade dos Meios de Comunicação Social	5
Pacto sobre Migrações e Asilo	5
Novo instrumento para defender a UE de coerção económica	6
Outros debates	6
3. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA - AUDIÇÕES NO PE	6
4. ELEIÇÕES NA ESLOVÁQUIA	6
5. CIMEIRA UE MED9 - MALTA	7
6. COMISSÃO EUROPEIA	8
Inquérito sobre veículos elétricos na China	8
Avaliações dos riscos em quatro domínios tecnológicos críticos	8
7. TRANSPARÊNCIA - REPRESENTAÇÕES PERMANENTES	9
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	10
Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e da Ucrânia	10
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da União Europeia	10
10. ACADEMIA ESTUDOS TEMÁTICOS	10

1. COMUNIDADE POLÍTICA EUROPEIA E CONSELHO EUROPEU

Cimeira da Comunidade Política Europeia

Realizou-se em Granada (Espanha), no dia 5 de outubro de 2023, a terceira reunião da **Comunidade Política Europeia (CPE)**, que reuniu 47 chefes de Estado ou de Governo¹, com a presença do Presidente do Conselho Europeu, da Presidente da Comissão Europeia e da Presidente do Parlamento Europeu. Recorde-se que a CPE tem por objetivo promover o diálogo político e a cooperação para abordar questões de interesse comum, bem como reforçar a segurança, a estabilidade e a prosperidade do continente europeu, sendo uma plataforma de coordenação política que não substitui as organizações, estruturas e processos existentes.

Até à data, a Comunidade Política Europeia reuniu-se duas vezes, a [6 de outubro de 2022](#), em Praga (República Checa), e a [1 de junho de 2023](#), em Bulboaca (Moldávia).

Conforme indicado na página da Presidência espanhola do Conselho da UE ([aqui](#)), as sessões de trabalho da CPE foram dedicadas a questões estratégicas e aos desafios futuros para a região, organizados em quatro grupos de trabalho em torno de três temas:

1. **Digitalização**, com especial destaque para a inteligência artificial como uma questão fundamental para o futuro, tanto na UE como para além das suas fronteiras.
2. **Energia, ambiente e transição ecológica**, avaliando os progressos que tiveram lugar nos últimos anos, com vista a que a UE assuma também a liderança nesta transição, que é um dos objectivos do Semestre Espanhol.
3. **Multilateralismo e geoestratégia**, analisando as diferentes implicações da guerra na Ucrânia e a possível reforma do papel de certas instituições e organismos internacionais face ao conflito.



© Pool PEUE/ Juanjo Martín

¹ Estados-Membros da UE27, Albânia, Andorra, Arménia, Azerbaijão, Bósnia-Herzegovina, Geórgia, Islândia, Kosovo*, Listenstaine, Moldávia, Mónaco, Montenegro, Macedónia do Norte, Noruega, São Marinho, Sérvia, Suíça, Turquia, Ucrânia e Reino Unido.

Porém, esta Cimeira da CPE ficou marcada por dois temas centrais: **a guerra na Ucrânia** e a questão das **migrações**. O Presidente ucraniano, Volodymyr Zelenskyy, esteve presente nos trabalhos da CPE, tendo surgido notícias (detalhe [aqui](#)) de um ataque devastador com mísseis russos que matou pelo menos 50 pessoas na região de Kharkiv, no nordeste da Ucrânia. Zelenskyy publicou um vídeo nas redes sociais ([aqui](#)), onde se refere a “*um longo dia de importantes conversações*”, com um “*acordo sobre mais sistemas de defesa aérea à medida que o inverno se aproxima*”, agradecendo a “*Espanha, Itália, França, Alemanha e Reino Unido*” por este apoio.

No que diz respeito às **migrações**, e apesar dos progressos realizados em alguns dossiês (cfr. Ponto 2), a imigração para a UE está a aumentar, com quase 210 000 chegadas este ano até agora, a maioria proveniente da Síria, tendo alguns governos da UE restabelecido os controlos fronteiriços (Áustria, Eslováquia, Polónia, República Checa, e.g. - notícia [aqui](#)).

Em Granada, o primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, organizou uma reunião à margem da conferência com a França, a Itália, os Países Baixos e a Albânia para “*discutir ações conjuntas*”. O Presidente francês Emmanuel Macron agradeceu publicamente a Sunak pelos seus esforços, referindo que estes países se reuniram para trabalhar num novo plano de cinco pontos para combater a imigração irregular, a ser finalizada na próxima reunião da CPE, que terá lugar no Reino Unido, no próximo ano. O plano incidirá na cooperação com os países de origem e os esforços para reprimir os traficantes de seres humanos.

Porém, esta iniciativa não terá sido coordenada com o país anfitrião (Espanha), que pretendia que a agenda se concentrasse na questão ucraniana, visto que o tema das migrações seria tratado no Conselho Europeu informal do dia seguinte. A habitual conferência de imprensa conjunta entre o anfitrião (Espanha) e o país organizador da Cimeira seguinte (Reino Unido) foi cancelada. O Político faz uma análise detalhada da Cimeira, [aqui](#).

Conselho Europeu Informal

No dia 6 de outubro, também em Granada, realizou-se uma [reunião informal dos Chefes de Estado de Governo da UE \(Conselho Europeu\)](#) para iniciar as discussões sobre a futura Agenda Estratégica da UE para 2024-2029.

Segundo a carta de convite do Presidente do Conselho Europeu, disponível [aqui](#), as principais questões a abordar seriam a [Autonomia Estratégica Aberta](#), ou como tornar a UE mais resiliente, tendo como base de discussão o documento [Resilient EU2030](#) promovido pela Presidência espanhola, que identifica as vulnerabilidades que a UE poderá enfrentar até 2030. Além disso, foi debatido o ponto de situação sobre o [alargamento da UE](#), e a Presidência espanhola ambiciona fazer progressos no que respeita ao [pacto da UE sobre a migração e asilo](#), uma vez que este é o último semestre completo da atual legislatura europeia.

Foi adotada uma Declaração final desta reunião, disponível [aqui](#).

Ucrânia

A Ucrânia esteve na ordem do dia de ambos os encontros, seja no que diz respeito à unidade e firmeza da UE contra a invasão russa da Ucrânia desde o início do conflito, em 24 de fevereiro de 2022, seja no que concerne ao **alargamento** da UE e à perspectiva de abertura de negociações de adesão com este país.

Recorde-se que, no dia 8 de novembro, a Comissão Europeia apresentará a sua avaliação anual do processo de alargamento, onde se espera uma indicação país a país para cada um dos oito países candidatos sobre a possibilidade de abertura de negociações de adesão. Esta semana, surgiram relatos na imprensa (e.g. [aqui](#)) de que a Comissão Europeia proporá ao Conselho Europeu (que se reúne formalmente em dezembro) **a abertura de negociações com a Ucrânia**.

O *Financial Times* (FT) deu nota, esta semana (disponível [aqui](#), para assinantes), de um **estudo** feito pelo Secretariado-Geral do Conselho da UE sobre o impacto do alargamento da UE em vários domínios, com particular ênfase nos **efeitos possíveis da adesão da Ucrânia no Quadro Financeiro Plurianual (QFP)**,

estimando que Kiev receberia cerca de 186 mil milhões de euros ao longo de sete anos. Este estudo, intitulado *Enlargement - EU's absorption capacity overview of opportunities and challenges* apresenta uma modelação feita para um cenário de adesão de nove novos Estados-Membros (Ucrânia, a Moldávia, a Geórgia e seis Estados dos Balcãs Ocidentais), que acrescentariam 256,8 mil milhões de euros ao atual QFP. Assim, com nove novos Estados-Membros, **o atual orçamento aumentaria 21% para 1,47 mil milhões de euros**, o que equivale a cerca de 1,4 por cento do rendimento nacional bruto dos 36 países.

A entrada de nove Estados obrigaria a uma série de ajustamentos, sendo que poderia significar um aumento significativo das contribuições orçamentais líquidas dos Estados mais ricos, como a Alemanha, a França e os Países Baixos, ou que alguns Estados passassem a ser igualmente “contribuintes líquidos”.

Além disso, o documento indica que seriam necessários “períodos de transição e medidas de salvaguarda”, estimando que, se forem aplicadas as regras atuais a uma União alargada, a Ucrânia seria elegível para 96,5 mil milhões de euros da Política Agrícola Comum da UE ao longo de sete anos (um corte de cerca de 20% nos subsídios agrícolas concedidos aos atuais Estados-Membros). A Ucrânia seria o maior beneficiário do bloco, com 41,1 milhões de hectares de superfície agrícola utilizada, empurrando a França para o segundo lugar. Para além da Ucrânia, a inclusão dos outros oito países custaria um total de 29,9 mil milhões de euros em pagamentos da PAC. Por outro lado, a Ucrânia poderá também beneficiar de 61 mil milhões de euros de pagamentos do Fundo de Coesão da UE, estimando o estudo indica que, com mais nove Estados-Membros, a República Checa, a Estónia, a Lituânia, a Eslovénia, Chipre e Malta deixariam de ser elegíveis para os fundos de coesão.

Note-se que, segundo o FT, este estudo utilizou uma simples extrapolação das atuais regras orçamentais da UE, que seriam certamente ajustadas em caso de alargamento. O documento apresenta ainda as oportunidades que o alargamento representa para a UE, incluindo o reforço do seu peso geopolítico, o aumento da dimensão do mercado interno do bloco em 66 milhões de pessoas, para 517 milhões, e a resolução da escassez de mão de obra.

Como reporta o *Político*, as divisões sobre o calendário e o ritmo do alargamento não são consensuais entre os diferentes Estados-Membros (notícia [aqui](#)).

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU²

Realizou-se, esta semana, a [sessão plenária do Parlamento Europeu](#) em Estrasburgo, com destaque para::

Revisão do Quadro Financeiro Plurianual (QFP)

O [quadro financeiro plurianual](#) estabelece os «limites máximos» anuais das autorizações da UE em diferentes domínios de intervenção (rúbricas) e dos pagamentos anuais globais durante um período de sete anos. O [atual quadro para 2021-2027 foi adotado em 2020](#) e prevê uma revisão do funcionamento do quadro financeiro plurianual acompanhada, se for caso disso, de propostas de revisão, até 1 de janeiro de 2024. A [Comissão Europeia propôs uma revisão intercalar](#) a 20 de junho de 2023.

O PE definiu a sua posição sobre a reforma do QFP, nos termos da [proposta da Comissão de uma revisão intercalar do orçamento de longo prazo da UE](#), considerando que esta deverá ser mais ambiciosa e solicitando um montante adicional de 10 mil milhões de euros para o período entre 2024 e 2027, para além dos 65,8 mil milhões de euros propostos pela Comissão, para impulsionar migração, desafios externos, autonomia estratégica da UE e reforçar capacidades de resposta da UE às diferentes crises³.

² Fonte: Serviço de imprensa do PE.

³ Um briefing sobre a matéria está disponível [aqui](#).

O PE considera ainda que os pagamentos da dívida resultantes do [plano de recuperação](#) devem ser colocados acima dos limites orçamentais da UE, não comprometendo os programas da UE que beneficiam diretamente os cidadãos por causa da potencial volatilidade destes custos com o aumento das taxas de juro.

Por outro lado, e devido aos recentes desafios externos, em especial a guerra russa contra a Ucrânia e as crescentes questões migratórias, o PE solicita um reforço de 2 mil milhões de euros para as áreas orçamentais pertinentes e a afetação de um montante adicional de 3 mil milhões de euros à nova [Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa](#) e 5 mil milhões de euros para reforçar a capacidade de resposta da UE a crises imprevistas.

Os deputados salientam que é fundamental adotar rapidamente o regulamento alterado, uma vez que o quadro financeiro plurianual da UE revisto deve estar operacional até 1 de janeiro de 2024, para proporcionar um enquadramento para o orçamento anual desse ano.

O relatório sobre a [proposta de revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027](#) foi aprovado por 393 votos a favor, 136 contra e 92 abstenções.

A correlatora [Margarida Marques](#) (S&D, Portugal) afirmou: «Hoje, o Parlamento apresentou os recursos financeiros necessários para os próximos quatro anos. Instamos o Conselho a juntar-se a nós nas negociações. Queremos dispor de meios adequados para apoiar a Ucrânia e continuar a atenuar o impacto social e económico da guerra, juntamente com a inflação e o custo de vida, até 31 de dezembro de 2023. Queremos garantir os fundos necessários para reforçar a autonomia estratégica da UE, aplicar o Pacto para as Migrações e navegar pelo complexo panorama geopolítico mundial de hoje, assegurando simultaneamente que o orçamento disponha de flexibilidade adequada para dar resposta às necessidades emergentes, responder a crises humanitárias e ajudar os Estados-Membros e os cidadãos que enfrentam os crescentes efeitos das catástrofes naturais.»

O correlator [Jan Olbrycht](#) (PPE, Polónia) afirmou: «O nosso objetivo era uma proposta ambiciosa mas realista de revisão do quadro financeiro plurianual e conseguimos mantê-la direcionada, mas abrangente. Pretendemos estabilizar a situação na Ucrânia com um novo mecanismo de 50 mil milhões de euros, reforçando simultaneamente a economia da UE. Estamos a complementar o orçamento com reforços para a migração e para garantir flexibilidade para responder a crises. Estamos a impulsionar a economia da UE com a Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa. Ainda, estamos a estabilizar o orçamento ao defender que o pagamento de juros sobre dívidas devidas ao Fundo de Recuperação da UE seja colocado acima dos limites orçamentais da UE. Precisamos de todos os elementos da revisão e precisamos dela a tempo — antes de janeiro de 2024 — para entrar no ano eleitoral com um orçamento equilibrado.»

A votação seguiu-se a um debate em plenário, realizado a 3 de outubro de 2023 e disponível [aqui](#), que mostrou uma convergência dos grupos políticos, desde os Verdes até ao PPE, em torno das linhas de negociação propostas no relatório. Nessa ocasião, Jan OLBRYCHT (PPE, PL) defendeu um orçamento de longo prazo mais flexível, tendo em conta as múltiplas crises que a UE enfrenta e a necessidade de responder aos desafios da inovação, da migração e da competitividade. Margarida MARQUES (S&D, PT) defendeu a flexibilidade (nomeadamente através da criação de um instrumento permanente de flexibilidade financeira) e destacou os domínios políticos prioritários para o PE: a Ucrânia, a gestão das crises naturais, a migração, a autonomia estratégica e o reembolso da dívida do Next Generation EU.

Em nome do Conselho, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus espanhol, Pascual NAVARRO RIOS, recordou o empenhamento do Conselho e os trabalhos em curso sobre a proposta da Comissão e a intenção de avançar o mais rapidamente possível. Afirmou ainda que, para alguns aspectos sensíveis da proposta, estão previstos debates entre os dirigentes durante o próximo Conselho Europeu de 26-27 de outubro.

Em nome da Comissão, o Comissário Johannes HAHN, sublinhou a necessidade de avançar rapidamente para a aplicação do novo QFP a partir de janeiro de 2024 e de ter em conta este processo de revisão para conceber um pacote geral. Por outro lado, recordou a multiplicidade de desafios que se avizinham com a criação do

Mecanismo de Apoio à Ucrânia, as respostas financeiras à migração, o apoio de outros parceiros de vizinhança, a multiplicação de catástrofes naturais e a autonomia estratégica.

Liberdade dos Meios de Comunicação Social

O PE adotou a sua posição sobre o [Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social](#), adotada por 448 votos a favor, 102 votos contra e 75 abstenções, segundo a qual os Estados-Membros devem assegurar a pluralidade dos meios de comunicação social e proteger a independência dos media contra interferências governamentais, políticas, económicas ou privadas. O detalhe está disponível [aqui](#).

O PE defende a proibição de todas as formas de interferência nas decisões editoriais dos meios de comunicação social e impedir o exercício de pressão externa sobre os jornalistas, como obrigá-los a divulgar as suas fontes, o acesso a conteúdos encriptados nos seus dispositivos ou serem alvo de vigilância com software espião. A utilização desta tecnologia tem de ser justificada como medida de «último recurso», numa base casuística, e se uma autoridade judicial independente ordenar a investigação de um crime grave, como o terrorismo ou o tráfico de seres humanos.

Por outro lado, e para avaliar a independência dos media, o Parlamento quer obrigar todos os meios de comunicação social, incluindo as microempresas, a publicar informações sobre a sua estrutura de propriedade. Para garantir que as decisões de moderação de conteúdos por parte de [plataformas online de muito grande dimensão](#) não afetam negativamente a liberdade dos meios de comunicação social, os Deputados apelam à criação de um mecanismo para gerir as ordens de retirada de conteúdos. Os meios de comunicação social devem ser notificados da intenção da plataforma de apagar ou restringir o seu conteúdo, tendo 24 horas para responder. Se, após este período, a plataforma continuar a considerar que o conteúdo dos meios de comunicação social não cumpre os seus termos e condições, pode proceder à supressão, restrição ou reportar o caso às entidades reguladoras nacionais para que tome a decisão final sem demora.

O Conselho [chegou a acordo sobre a sua posição em junho de 2023](#)) sobre este regulamento, pelo que podem ser iniciadas as negociações com o PE.

Pacto sobre Migrações e Asilo

Demos nota na Síntese anterior ([aqui](#), ponto 1), que na [reunião](#) do Conselho de Ministros de Justiça e Assuntos internos da semana passada se registaram desenvolvimentos sobre um dos atos legislativos mais complexos do Pacto sobre Migrações e Asilo: o [regulamento relativo às crises](#) (detalhe [aqui](#)). Esta semana, o Conselho confirmou o seu mandato de negociação sobre esta matéria (detalhe [aqui](#)), que será a base das negociações entre a Presidência do Conselho e o Parlamento Europeu. O PE anunciou que iria, por conseguinte, [retomar as negociações](#).

Na Síntese n.º 177, demos nota do [Memorando de Entendimento](#) sobre uma parceria estratégica e global entre a **República da Tunísia e a União Europeia**, representada pela Comissão Europeia, que inclui, entre outras matérias, disposições sobre migrações na [rota do Mediterrâneo Central](#). Este acordo continua a ser objeto de intenso debate (notícia [aqui](#)), com o Presidente tunisino, Kais Saied a acusar a UE de não respeitar o acordo (notícia [aqui](#)) e a rejeitar o apoio financeiro, o que mereceu uma resposta firme do Comissário europeu responsável pelo alargamento e vizinhança, que reproduzimos aqui.

Oliver Varhelyi @OliverVarhelyi · 21 h

#Tunisia formally requested payment of €60m budget support by the EU on 31 August.

On this basis, the  disbursed the payment on 3 Oct. It concerns budget support from 2021 - not linked to the EU-Tunisia MoU.  is free to cancel its formal disbursement request & wire back 2/1

60 مليون أورو لدعم الميزانية التونسية. بتم وزارة الشؤون الخارجية والهجرة والتونسين بالخارج التوضيح بان السلطات التونسية لم تدب أية موافقة على صرف هذا المبلغ

كما تود الوزارة في هذا الصدد، التأكيد على ما ورد في البلاغ الصادر عن رئاسة الجمهورية بتاريخ 02 أكتوبر 2023.

Suite à ce qui a été annoncé ce jour au sujet du décaissement de la somme de 60 millions d'euros par l'Union Européenne sous forme d'appui budgétaire, le Ministère des Affaires Étrangères, de la Migration et des Tunisiens à l'Étranger tient à préciser que les Autorités tunisiennes n'ont donné aucun accord au sujet de ce décaissement.

Le Ministère souhaite rappeler à cet égard la teneur du communiqué de la Présidence de la République en date du 2 octobre 2023.

See Translation

 24  155  144  127,8 mil

Oliver Varhelyi @OliverVarhelyi · 21 h

wire back the money to the  budget. #EU values its partnership w/Tunisia & stands ready to cooperate in the spirit of genuine partnership.

Implementation of the MoU should continue once  returns to the spirit of our strategic & comprehensive partnership based on mutual respect

Novo instrumento para defender a UE de coerção económica

O Parlamento aprovou por 578 votos a favor, 24 votos contra e 19 abstenções, o [instrumento antioerção](#). Este novo instrumento comercial vai permitir à UE responder – em conformidade com o direito internacional e em último recurso – à chantagem económica contra a UE ou os Estados-Membros por parte de um país estrangeiro que procure influenciar uma política ou uma posição específica.

O [instrumento antioerção](#) visa proteger a soberania da UE e dos Estados-Membros num contexto geopolítico em que o comércio e o investimento são cada vez mais instrumentalizados por potências estrangeiras.

Segundo o regulamento, a coerção económica ocorre quando um país terceiro tenta pressionar a UE ou um Estado-Membro a fazer uma escolha específica, aplicando ou ameaçando aplicar medidas comerciais ou de investimento. Embora este tipo de coerção comprometa a autonomia estratégica da UE, não é abrangido pelo acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC). O mecanismo de resolução de litígios da OMC não está disponível especificamente para casos de coerção económica, a menos que também envolvam aspetos que violem as regras da organização.

Ao abrigo das novas regras, a Comissão terá quatro meses para investigar uma eventual coerção. Com base nas suas conclusões, o Conselho terá entre oito e dez semanas para decidir, por maioria qualificada, se existe coerção. Embora o principal objetivo seja abrir um diálogo para persuadir as autoridades do país terceiro a cessar a sua coerção, se esses esforços falharem, a UE passa a ter um vasto leque de contramedidas à sua disposição. Caso seja detetada coerção e os Estados-Membros concordarem, a Comissão terá seis meses para apresentar a resposta adequada, mantendo o Parlamento e o Conselho informados em todas as fases.

Outros debates

- [Debate com o Presidente da República Checa, Petr Pavel](#)
- [Livre circulação e subornos na concessão de vistos](#) na Polónia
- [Transporte aéreo: regras uniformes para bagagem de mão](#)
- [Nagorno-Karabakh: Parlamento exige revisão das relações da UE com o Azerbaijão](#)
- [Abertura de negociações de adesão com a Moldávia](#)

3. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA - AUDIÇÕES NO PE

Demos nota de que esta semana se realizariam as audições do Comissário designado para o Clima, **Wopke Hoekstra** (briefing do think-tank do PE disponível [aqui](#)), no dia 2 de outubro, às 18:30 (de Estrasburgo), e do Comissário designado como Vice-Presidente Executivo para o Pacto Ecológico Europeu, Relações Interinstitucionais e Prospetiva, **Maroš Šefčovič** (briefing do think-tank do PE disponível [aqui](#)).

Após as audições, disponíveis respetivamente [aqui](#) e [aqui](#), o Plenário votou favoravelmente a designação de Wopke Hoekstra (279 a favor, 173 contra e 33 abstenções) e de Maroš Šefčovič (322 a favor, 158 contra e 37 abstenções).

4. ELEIÇÕES NA ESLOVÁQUIA

No passado dia 30 de setembro, tiveram lugar **eleições legislativas antecipadas na Eslováquia**, depois de o governo ter perdido uma moção de censura em 15 de dezembro passado. Os 150 membros do Conselho Nacional foram eleitos por representação proporcional num círculo eleitoral único a nível nacional, com um

limiar eleitoral de 5% para os partidos individuais e de 7% para as coligações de dois ou três partidos. Sete partidos ultrapassaram o limiar e estarão representados no próximo parlamento, com a seguinte distribuição:

- *SMER- SSD* (S&D) 22,94% com 42 lugares

- *Progresívne Slovensko - PS* (Renew Europe) 17,96% com 32 lugares

- *Hlas - SD* (S&D) 14,70% com 27 lugares

- *A coligação: OLANO A PRIATELIA* (PPE), *KÚ, ZA LUDÍ* 8,89% com 16 lugares

- *Kresťanskodemokratické Hnutie - KDH* (PPE) 6,82% com 12 lugares

- *Sloboda a Solidarita - Saska* (ECR) 6,32% com 11 lugares

- *Slovenská národná strana - SNS* 5,62% com 10 lugares



A taxa de participação foi de 68,51% e, dado que nenhum partido ou coligação eleitoral obteve a maioria dos lugares, será necessário um governo de coligação. A Presidente Zuzana Čaputová encarregou o líder do partido vencedor SMER-SSD, Robert Fico, de formar o governo. Se Fico não conseguir formar governo no prazo de duas semanas, a Presidente poderá nomear outra pessoa. O detalhe das eleições pode ser consultado [aqui](#).

5. CIMEIRA UE MED9 - MALTA

No passado dia 29 de setembro, teve lugar em Malta a **10ª Cimeira do Grupo UE MED 9**, que reúne os seguintes países do sul da Europa/Mediterrâneo: Malta, Croácia, Chipre, França, Grécia, Itália, Portugal, Eslovénia e Espanha para debater temas de interesse comum ao nível da UE.



Foto: Gabinete do Primeiro-Ministro de Malta

Foi adotada uma Declaração final, disponível [aqui](#), onde se destaca a questão das migrações e da necessidade de concluir o trabalho no âmbito do Pacto sobre Migrações e Asilo.

Além disso, refere-se que este grupo UE MED 9 representa um terço dos Estados-Membros da UE e que, tal como acordado na última reunião em Alicante, em dezembro de 2022, para além da coordenação regular antes da reunião do Conselho Europeu de outubro, a coordenação informal deve ser alargada a outras áreas temáticas. Assim, realizaram-se em Malta reuniões dos ministros responsáveis pela Energia, pela Economia Digital e pelas questões europeias, que serviram para lançar a visão para a região mediterrânica em vários domínios sectoriais em que uma ação regional coordenada e unificada poderia acelerar a respetiva agenda comum.

6. COMISSÃO EUROPEIA

Inquérito sobre veículos elétricos na China

A Comissão Europeia [iniciou formalmente um inquérito antissubvenções](#) relativo às importações de veículos elétricos a bateria (VEB) provenientes da China. Este inquérito, que a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou em 13 de setembro no discurso sobre o estado da União Europeia (SOTEU), começará por determinar se as cadeias de valor dos VEB na China estão a beneficiar da concessão de subvenções ilegais e se estas práticas de subvenção causam ou ameaçam causar um prejuízo económico aos produtores de VEB da UE.

Se ambas as hipóteses se confirmarem, o inquérito examinará as consequências e as repercussões que as medidas poderão ter para os importadores, os utilizadores e os consumidores de veículos elétricos a bateria na UE. Com base nas conclusões do inquérito, a Comissão determinará se, para eliminar os efeitos das práticas comerciais desleais identificadas, é do interesse da UE instituir direitos antissubvenções sobre as importações de veículos elétricos a bateria provenientes da China.

A Comissão deu início a este inquérito por iniciativa própria (ex officio), após obter elementos de prova suficientes de que o recente aumento súbito das importações subvencionadas e a baixos preços de veículos automóveis provenientes da China na UE representava uma ameaça económica para a indústria dos veículos elétricos da UE. O aviso de início agora [publicado](#) resume as alegações e explica o procedimento que será adotado para determinar a possível existência das práticas de subvenção que constituem uma ameaça para a indústria da UE. O inquérito será concluído no prazo máximo de 13 meses a contar da data de início.

Avaliações dos riscos em quatro domínios tecnológicos críticos

A Comissão adotou esta semana uma [recomendação sobre domínios tecnológicos críticos para a segurança económica da UE](#), no contexto da Comunicação Conjunta sobre uma [Estratégia Europeia de Segurança Económica](#), que estabeleceu uma abordagem estratégica global da segurança económica na UE. A estratégia europeia em matéria de segurança económica assenta numa abordagem com três pilares: promoção da base económica e da competitividade da UE; proteção contra riscos; e parcerias com o maior número possível de países para dar resposta a preocupações e interesses comuns.

Esta recomendação diz respeito à avaliação de um dos quatro tipos de riscos dessa abordagem global, nomeadamente o risco tecnológico e a fuga de tecnologias. A Comissão apresenta uma lista de dez domínios tecnológicos críticos. Estes domínios tecnológicos foram selecionados com base nos seguintes critérios:

- A natureza facilitadora e transformadora da tecnologia;
- O risco de fusão civil-militar;
- O risco de utilização abusiva da tecnologia para violações dos direitos humanos.

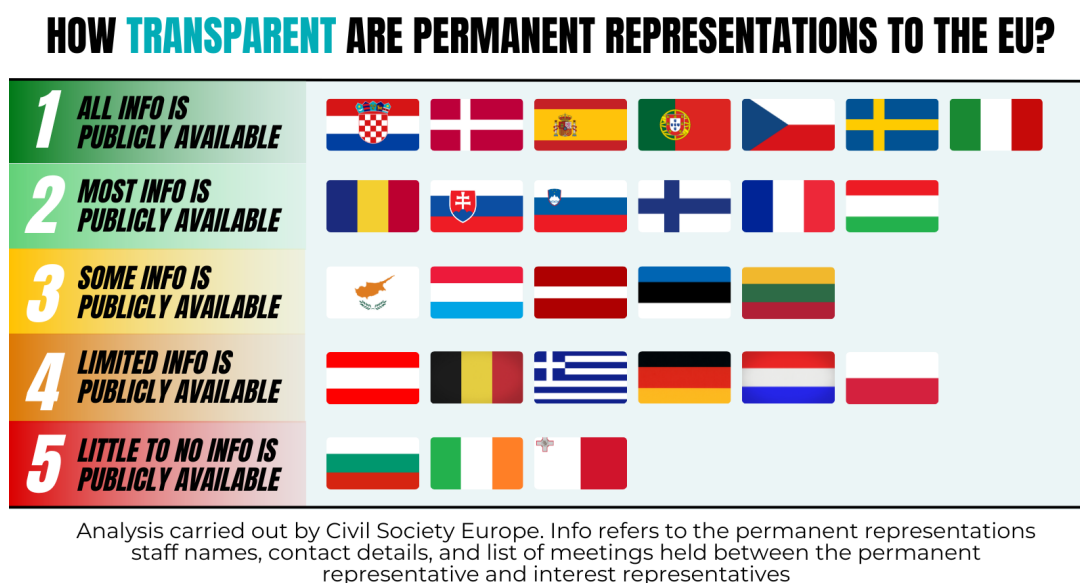
Dos dez domínios tecnológicos críticos, a Recomendação identifica quatro considerados altamente suscetíveis de apresentar os riscos mais sensíveis e imediatos relacionados com a segurança tecnológica e a fuga de tecnologias:

1. **Tecnologias avançadas de semicondutores** (microeletrónica, fotónica, circuitos integrados de alta frequência, equipamento de fabrico de semicondutores);
2. **Tecnologias de inteligência artificial** (computação de alto desempenho, computação em nuvem e periférica, análise de dados, visão computacional, processamento de linguagem, reconhecimento de objetos);
3. **Tecnologias quânticas** (computação quântica, criptografia quântica, comunicações quânticas, teledeteção e radar quânticos);
4. **Bioteecnologias** (técnicas de modificação genética, novas técnicas genómicas, comando genético, biologia sintética).

7. TRANSPARÊNCIA - REPRESENTAÇÕES PERMANENTES

A organização não governamental [Civil Society Europe](#) realizou uma análise do **nível de transparência de todas as Representações Permanentes dos Estados-Membros junto da União Europeia**, que tinha em consideração alguns critérios, tais como a divulgação da estrutura interna da Representação Permanente - incluindo os nomes dos funcionários públicos e os dados de contacto - e da lista de reuniões realizadas entre embaixadores e representantes de interesses.

Esta análise, disponível [aqui](#), revela diferenças significativas no nível de transparência das Representações Permanentes, que reproduzimos na infografia *infra*.



A Civil Society Europe considera que a divulgação de informações relevantes para o público é um elemento fundamental da responsabilidade institucional, incentivando todas as Representações Permanentes a comprometerem-se plenamente com os mais elevados padrões de transparência e a tomarem as medidas adequadas para colmatar as lacunas identificadas na análise.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e da Ucrânia

Por iniciativa do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros, Josep Borrell, teve **lugar uma reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos 27 com as autoridades ucranianas**, em Kiev, no passado dia 2 de outubro, num formato inédito.

A conferência de imprensa final e os principais tópicos abordados estão disponíveis [aqui](#).



9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada às atividades das [Comissões parlamentares](#) e também dos grupos políticos.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [11 de outubro](#), com destaque para a iniciativa relativa à Demografia (*toolbox*).

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 09.10: [Conselho \(Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores\) sobre Emprego e Política Social](#)

10. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade à resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, reunidos por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de setembro [aqui](#) e do arquivo *online* [aqui](#).

Bruxelas | 07 de outubro de 2023

Para mais informações: [Catarina Ribeiro Lopes](#), Representante Permanente da AR junto da UE e [Bruno Dias Pinheiro](#), Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).